

# Com as mudanças econômicas, problemas

Galvêas está preocupado: sem os decretos-leis, ele acha que não será possível estabelecer medidas para cumprir

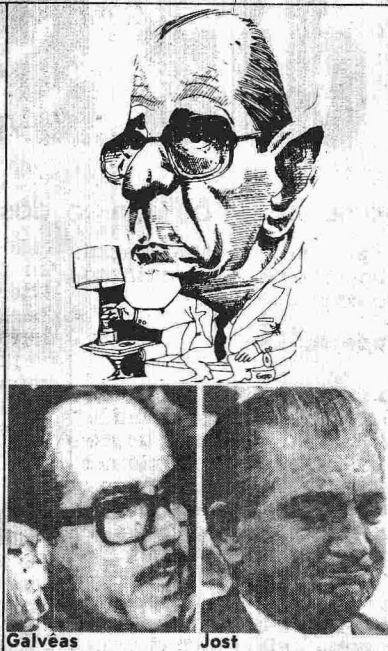
Os acordos com o Fundo Monetário Internacional poderão ser afetados pelo "emendação das indiretas" do presidente João Figueiredo, segundo o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, se apressou a comunicar ontem ao Palácio do Planalto. A informação é de fontes categorizadas da área financeira, ao lembrarem que, se aprovada a proposta, o governo já não poderá usar os decretos-leis para cumprir as exigências do FMI.

Na medida em que o Congresso Nacional, a partir da aprovação do "emendação", terá de opinar sobre questões salariais, tributárias e, proximamente, também sobre o orçamento monetário, o Executivo ficará com margem de manobra reduzida para impor a consecução dos compromissos assumidos com o Fundo, argumentavam ontem técnicos da área financeira.

Essa teria sido a razão de uma reunião entre os ministros Delfim Neto, do Planejamento, e Ernane Galvêas, da Fazenda, pela manhã, no Palácio do Planalto. No Ministério da Fazenda, no entanto, um assessor direto de Galvêas foi lacônico ao rejeitar qualquer problema no acordo com o FMI: qualquer emenda, seja ela qual for, sempre é extremamente estudada pelo governo.

## Jost elogia

O ministro da Agricultura, Nestor Jost, elogiou, ontem, a parte econômica da "emenda das indiretas", particularmente no que diz respeito à devolução à classe política do poder de decisão sobre a política tributária. "Não há nenhuma interferência direta na área da agricultura, mas é importantíssima na vida de todos nós, pois a tributação deve receber a crítica e as sugestões do Parlamento, da repre-



sentação popular, para que o cidadão opine sobre os tributos que vai pagar."

Acrescentou que "não é correto aumentar impostos no meio do ano" e que a emenda de Figueiredo restaura o princípio universal da anualidade na tributação, reconhecendo que este item da Constituição não vinha sendo cumprido. A alteração, ressaltou Jost, tira um pouco a margem de manobra do ministro da Fazenda, que às vezes precisa de uma decisão rápida para casos como os impostos de exportação, mas é benéfico para a população como um todo, pela garantia de não ser tributada no meio do ano.

O crédito rural também precisa passar pelo Congresso Nacional, para que possa ter estabilidade e

não venha a sofrer tantas e tão bruscas alterações, "ao sabor da autoridade", como vem sofrendo nos últimos tempos. O ministro da Agricultura defende a possibilidade de que as autoridades econômicas tenham meios de emergência para adotar mudanças nesta área, mas sempre submetendo suas decisões à discussão popular através da representação congressional.

## Centralização excessiva

O governador Franco Montoro comentou: "O governo federal já tem atribuições demais, já centraliza muitas atividades; a fiscalização deve ser feita pelo povo, através da participação, do Legislativo e dos tribunais de contas".

O secretário de Finanças de São Paulo, Denisard Alves, disse que "a abertura política é mínima e a ditadura econômica se mantém intacta".

Com relação aos itens que tratam da parte econômica e financeira, Denisard afirmou que, além de repetir a emenda Passos Porto em vários pontos, o governo federal perdeu uma "oportunidade ímpar de promover uma reforma tributária".

A proposta de Figueiredo também prevê que o governo deixe de legislar sobre matéria tributária através de decretos-lei. Segundo Denisard, no entanto, esta medida apenas restabelece um princípio jurídico que vinha sendo desrespeitado há muito tempo.

"Mais importante que as medidas propostas teria sido a atualização dos serviços sujeitos ao ISS (Imposto Sobre Serviços)", disse o secretário de Finanças. Ele lembrou que a arrecadação deste tributo é muito importante para os municípios e que a legislação em vigor, de 1968, está ultrapassada.

o programa do fundo.  
**COM O FMI?**